



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

MARIA MADALENA AGUIAR CARDOSO

**GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ACESSO E QUALIDADE
DO ENSINO EM UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE ALDEIAS ALTAS-MA**

Caxias-MA
2025

MARIA MADALENA AGUIAR CARDOSO

**GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ACESSO E QUALIDADE
DO ENSINO EM UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE ALDEIAS ALTAS-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Geografia da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Jéssica Cristina
Oliveira Frota

Caxias-MA
2025

C268g Cardoso, Maria Madalena Aguiar

Geografia da educação: acesso e qualidade do ensino em uma escola na zona rural de Aldeias Altas-MA / Maria Madalena Aguiar Cardoso. __Caxias: Campus Caxias, 2025.

40f.

Graduação (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Profª. Dra. Jéssica Cristina Oliveira Frota.

1. Desafios. 2. Geografia da educação. 3. Espaço geográfico. 4. Transporte escolar. 5. Zona rural I. Título.

CDU 91:37


MARIA MADALENA AGUIAR CARDOSO

**GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ACESSO E QUALIDADE
DO ENSINO EM UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE ALDEIAS ALTAS-MA**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Geografia da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em Geografia.

Aprovado em: 08 /01 /2026


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JESSICA CRISTINA OLIVEIRA FROTA**
Data: 15/01/2026 22:15:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jéssica Cristina Oliveira Frota
(Orientador)
UEMA/CAXIAS-MA

Documento assinado digitalmente
 **POLIANA SANTOS FERRAZ DE OLIVEIRA**
Data: 15/01/2026 23:32:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Poliana Santos Ferraz de Oliveira
UEMA/CAXIAS-MA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO WELLINGTON DE ARAUJO SOUSA**
Data: 16/01/2026 07:25:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. M.e Francisco Wellington de Araújo Sousa
UEMA/CAXIAS-MA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me fortalecer nesta jornada, dando sabedoria, perseverança e permitindo chegar até aqui. À minha professora e orientadora, Dr^a. Jéssica Cristina Oliveira Frota, pela colaboração e dedicação, auxiliando para o final deste percurso. Aos meus pais, Adailma Sousa Aguiar, Antônio de Jesus da Silva Cardoso, que acreditaram na minha capacidade, me ensinando o valor do esforço e da honestidade.

OBRIGADA A TODOS!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivos	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A Educação nas Zonas Rurais	12
2.2 A geografia e o Ensino: Desafios e Oportunidades nas Zonas Rurais.....	15
2.3 O Espaço Escolar no Meio Rural e os Aspectos Geograficos.....	17
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 Área de Estudo	19
3.2 Procedimentos Metodológicos	20
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	22
4.1 Percepção Dos Alunos Entrevistados	22
4.2 Percepção dos Professores e Do Gestor e Observação direta	27
4.3 Organização Estrutural Da Escola com Base na Visualização Direta.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES	39

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Participação da população residente, segundo a localização do domicílio – Brasil – 1980/2000	12
Figura 2 - Registro fotográfico da Unidade Escolar da zona rural.....	19
Figura 3 - Gráfico referente ao resultado sobre os transportes escolares.....	22
Figura 4 – Gráfico referente ao resultado sobre os Materiais escolares.....	23
Figura 5 – Gráfico referente ao resultado sobre os Horários do transporte.....	24
Figura 6 - Registro Fotográfico da estrada alagada.....	29
Figura 7 - Registro Fotográfico da realização da reforma na escola.....	29
Figura 8 - Registro Fotográfico do refeitório	30
Figura 9 - Registro Fotográfico da sala de aula	31

LISTA DE ABREVIATURAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Secretaria de Estado de Educação – SEDUC
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

RESUMO

A Geografia da educação é um campo de estudo que examina como a distribuição espacial de recursos e serviços educacionais influencia o acesso e a qualidade da educação. Em áreas rurais, esse campo de estudo é particularmente relevante devido às desigualdades significativas em relação ao acesso a recursos educacionais de qualidade. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o acesso e a qualidade do ensino na zona rural do município de Aldeias Altas-Maranhão, identificar, de que maneira o transporte escolar contribui para a redução das barreiras geográficas enfrentadas pelos estudantes da zona rural, observar a relação entre a infraestrutura escolar, incluindo condições físicas dos prédios e recursos disponíveis, e a qualidade do ensino ofertado, localizar os fatores que podem comprometer ou agravar o desenvolvimento escolar dos estudantes que frequentam instituições de ensino situadas no meio rural, verificar de que maneira as características do espaço geográfico influenciam e condicionam o acesso à educação dos estudantes da zona rural, considerando os desafios geográficos que condicionam o desenvolvimento educacional nesse território. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva da Geografia da Educação, compreendendo a escola como parte constitutiva do espaço geográfico e do território rural. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida a partir de observações de campo, aplicação de questionários a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II e entrevistas com professores e gestor escolar. Os resultados evidenciam que, embora o transporte escolar contribua para a redução das barreiras espaciais, sua instabilidade, especialmente em períodos chuvosos, compromete a frequência e a pontualidade dos alunos. Observou-se ainda que a precariedade da infraestrutura escolar, marcada por limitações no conforto térmico, escassez de recursos pedagógicos e acesso restrito à internet, impacta negativamente a qualidade do ensino ofertado. Além disso, as longas distâncias entre residência e escola, aliadas à dispersão das comunidades rurais e à precariedade da malha viária, configuram fatores que agravam as desigualdades educacionais em relação ao meio urbano. Conclui-se que as características do espaço geográfico exercem influência direta sobre o acesso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes da zona rural, evidenciando a necessidade de políticas públicas educacionais sensíveis às especificidades territoriais, voltadas à promoção de maior equidade no direito à educação.

Palavras chave: Desafios na Educação do Campo; Geografia da Educação; Espaço geográfico; Transporte escolar; Zona rural.

ABSTRACT

The Geography of Education is a field of study that examines how the spatial distribution of educational resources and services influences access to and quality of education. In rural areas, this field of study is particularly relevant due to significant inequalities in access to quality educational resources. Therefore, this study aims to analyze access to and quality of education in the rural area of the municipality of Aldeias Altas-Maranhão; to identify how school transportation contributes to reducing the geographical barriers faced by students in rural areas; to observe the relationship between school infrastructure, including the physical conditions of buildings and available resources, and the quality of education offered; to identify factors that may compromise or aggravate the school development of students attending educational institutions located in rural areas; and to verify how the characteristics of the geographical space influence and condition access to education for students in rural areas, considering the geographical challenges that condition educational development in this territory. The research is based on the perspective of the Geography of Education, understanding the school as a constitutive part of the geographical space and the rural territory. Methodologically, this is a qualitative and descriptive research study, developed from field observations, questionnaires administered to students in grades 6 through 9 of elementary school II, and interviews with teachers and school administrators. The results show that, although school transportation contributes to reducing spatial barriers, its instability, especially during rainy periods, compromises student attendance and punctuality. It was also observed that the precariousness of the school infrastructure, marked by limitations in thermal comfort, scarcity of pedagogical resources, and restricted internet access, negatively impacts the quality of education offered. Furthermore, the long distances between residence and school, coupled with the dispersion of rural communities and the poor condition of the road network, constitute factors that exacerbate educational inequalities compared to urban areas. It is concluded that the characteristics of the geographic space exert a direct influence on the access, retention, and academic performance of students in rural areas, highlighting the need for educational public policies sensitive to territorial specificities, aimed at promoting greater equity in the right to education.

Keywords: Challenges in Rural Education; Geography of Education; Geographic space; School transport; Rural area

1 INTRODUÇÃO

A Geografia da Educação tem se consolidado como um campo analítico fundamental para a compreensão das inter-relações entre território, políticas públicas educacionais e os processos de acesso, permanência e qualidade do ensino, sobretudo em contextos rurais brasileiros. Sob essa perspectiva, o espaço geográfico é compreendido não apenas como suporte físico, mas como uma construção social marcada por desigualdades históricas, técnicas e infraestruturais que condicionam as oportunidades educacionais. Estudos apontam que o desempenho escolar, as trajetórias estudantis e as condições efetivas de aprendizagem estão intrinsecamente associadas às dinâmicas socioespaciais nas quais as instituições escolares se inserem, refletindo as formas desiguais de produção e organização do território (Santos, 2006; Ribeiro, 2017).

No meio rural, essas relações assumem maior complexidade e visibilidade, uma vez que as assimetrias territoriais se expressam na precariedade da infraestrutura escolar, nas longas distâncias entre residência e escola, na limitação do transporte escolar e no acesso desigual a recursos pedagógicos e tecnológicos. Tais fatores, historicamente negligenciados nas políticas educacionais, contribuem para a reprodução das desigualdades educacionais e sociais, evidenciando que a garantia do direito à educação está diretamente condicionada às formas de uso, apropriação e planejamento do espaço rural. Assim, a análise geográfica torna-se imprescindível para compreender e enfrentar os desafios estruturais que permeiam a educação pública nesses territórios.

Bof *et al.* (2006) e Libâneo (2012) apontam que o fraco desempenho escolar e as elevadas taxas de abandono e evasão estão associados a fatores como carência de infraestrutura, escassez de recursos didáticos, dificuldade de acesso às unidades de ensino através de transportes e ausência de políticas efetivas de valorização docente.

Especialistas também destacam que o desempenho dos alunos depende não apenas dos aspectos econômicos e sociais das famílias, mas da qualidade do ensino ofertado, do capital cultural disponível às crianças e jovens e do compromisso institucional com a equidade educacional (Saviani, 2011; Arroyo, 2011). Dessa forma, garantir educação de qualidade pressupõe reconhecer as desigualdades existentes e adotar práticas pedagógicas e políticas públicas que incluam e resgatem os sujeitos historicamente marginalizados.

No espaço rural, tais problemas tornam-se mais complexos devido à precariedade das condições territoriais, às longas distâncias percorridas pelos estudantes, à insuficiência de professores qualificados e às limitações estruturais das escolas (Caldart, 2008; Molina, 2014).

Além do acesso dificultado, fatores socioeconômicos como o trabalho juvenil, a baixa renda familiar e a dependência das atividades agrícolas contribuem para a redução das taxas de frequência e conclusão escolar, acentuando a vulnerabilidade das populações do campo. Esses elementos revelam que a desigualdade educacional é também uma desigualdade territorial, produzida por processos históricos de marginalização das comunidades rurais.

A educação rural, embora tenha ganhado maior visibilidade política sobretudo a partir da década de 1930 e alcançado avanços mais concretos em períodos posteriores, ainda enfrenta desafios para garantir uma oferta equitativa de ensino (Pereira; Castro, 2021). As políticas públicas desenvolvidas nas últimas décadas buscaram reduzir tais desigualdades, mas muitos problemas persistem, como fragilidade das condições materiais das escolas, ausência de transporte escolar adequado e insuficiência de práticas pedagógicas contextualizadas com a realidade rural.

Embora as condições de infraestrutura sejam um dos principais entraves enfrentados pelas escolas rurais, não constituem o único desafio. A qualidade do ensino também é comprometida quando os professores não dispõem de formação continuada adequada ou não utilizam metodologias pedagógicas que dialoguem com a realidade dos alunos do campo, o que limita o desenvolvimento de práticas inovadoras e contextualizadas capazes de fortalecer o processo de aprendizagem.

Além dos aspectos pedagógicos, as condições socioeconômicas das famílias rurais impactam significativamente a trajetória escolar dos estudantes. A necessidade de participação no trabalho agrícola, a baixa renda e a vulnerabilidade social contribuem para o aumento das taxas de abandono e para a redução da conclusão escolar.

Tais problemas revelam as múltiplas dificuldades vividas por crianças e jovens nas zonas rurais brasileiras, evidenciando a urgência de políticas públicas que assegurem oportunidades educacionais equitativas e capazes de reduzir as desigualdades históricas entre campo e cidade.

Nesse sentido, a justificativa deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre como as características do espaço geográfico influenciam o acesso e a qualidade da educação no meio rural, especialmente em municípios de pequeno porte, onde as desigualdades territoriais se mostram mais evidentes. A análise do contexto educacional rural permite não apenas identificar fragilidades estruturais e pedagógicas, mas também subsidiar

reflexões críticas sobre a efetividade das políticas públicas educacionais implementadas, contribuindo para a formulação de estratégias mais sensíveis às especificidades territoriais.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão orientadora da pesquisa: de que maneira as características do espaço geográfico influenciam o acesso e a qualidade do ensino na zona rural do município de Aldeias Altas Maranhão, considerando aspectos como infraestrutura escolar, transporte, mobilidade e organização territorial? A investigação justifica-se pela necessidade de compreender como esses elementos espaciais condicionam o desenvolvimento educacional, contribuindo para a persistência ou superação das desigualdades entre o campo e a cidade.

Assim, o estudo tem como objetivo geral analisar o acesso e a qualidade do ensino na zona rural, considerando os desafios geográficos específicos que influenciam o desenvolvimento educacional na zona rural de Aldeias Altas, Maranhão. Para o alcance desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar, de que maneira o transporte escolar contribui para a redução das barreiras geográficas enfrentadas pelos estudantes da zona rural; b) observar a relação entre a infraestrutura escolar, incluindo condições físicas dos prédios e recursos disponíveis, e a qualidade do ensino ofertado; c) localizar os fatores que podem comprometer ou agravar o desenvolvimento escolar dos estudantes que frequentam instituições de ensino situadas no meio rural; d) verificar de que maneira as características do espaço geográfico influenciam e condicionam o acesso à educação dos estudantes da zona rural.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada nos pressupostos da Geografia da Educação. Os procedimentos metodológicos envolveram observações de campo realizadas na unidade escolar investigada, aplicação de questionários a estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, bem como entrevistas semiestruturadas com professores e gestor escolar, possibilitando compreender as percepções dos sujeitos envolvidos e relacioná-las às condições territoriais e educacionais do espaço rural analisado.

Dessa forma, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o aprofundamento das discussões acerca da educação no meio rural, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais mais sensíveis às especificidades territoriais e comprometidas com a promoção da equidade no acesso, na permanência e na qualidade do ensino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

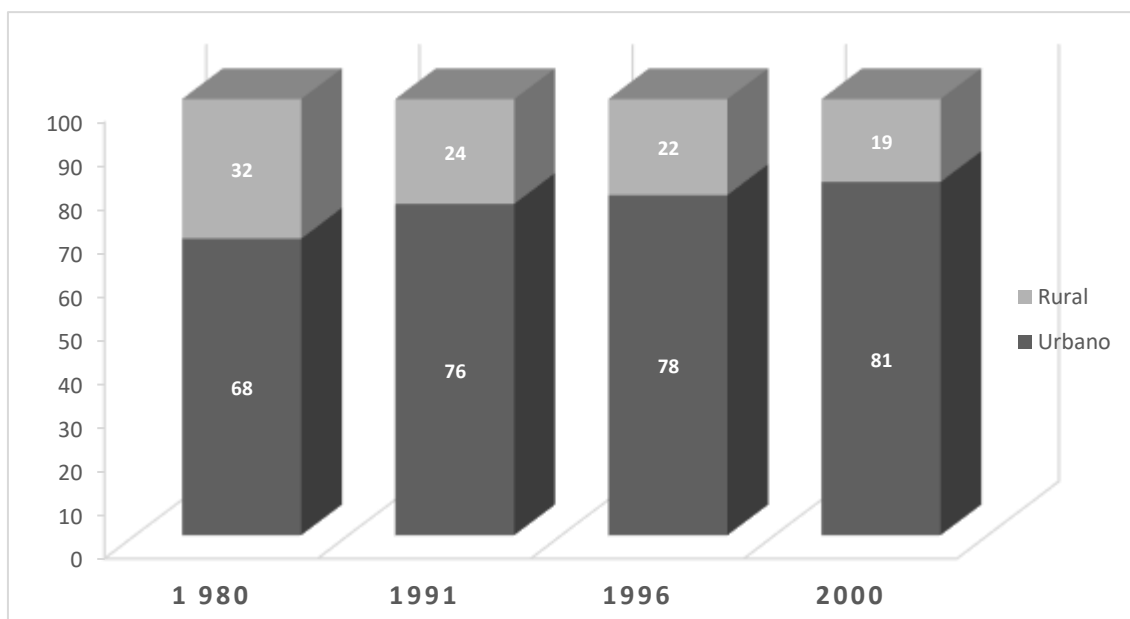
2.1 A Educação nas Zonas Rurais

A educação nas zonas rurais no Brasil apresenta uma trajetória historicamente marcada por desigualdades estruturais, exclusão social e invisibilidade política. Durante grande parte do século XX, o acesso à escola foi tratado como um privilégio urbano, reafirmando a lógica centralizadora do Estado brasileiro e relegando as populações do campo ao abandono educacional. Como destacam Gromelicki *et al.* (2018) e Stutz (2018), até as primeiras décadas do século passado, a educação era essencialmente um privilégio das elites, pouco alcançando os grupos menos favorecidos, sobretudo aqueles residentes em áreas rurais.

Essa realidade revela um processo de marginalização que se estendeu por gerações, produzindo impactos diretos na qualidade de vida, nas oportunidades profissionais e na reprodução das desigualdades socioespaciais.

Mesmo com o avanço da urbanização, a presença populacional no campo continua significativa. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000) demonstram que, no início dos anos 2000, aproximadamente um quinto da população brasileira ainda residia em áreas rurais, o que evidencia a importância de políticas educacionais voltadas para esse segmento historicamente negligenciado (Figura 1).

Figura 1 Participação da população residente, segundo a localização do domicílio – Brasil – 1980/2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e Contagem 1996.

Entretanto, a ampliação do acesso à escola não foi acompanhada, de forma proporcional, por melhorias estruturais e pedagógicas capazes de assegurar a permanência e o sucesso dos estudantes do campo.

Autores como Arroyo (2012), Molina e Freitas (2011) e Fernandes (2009) destacam que a educação do campo deve ser compreendida a partir das especificidades socioambientais, culturais e econômicas das populações rurais. A simples reprodução do modelo urbano nas escolas rurais aprofunda desigualdades, pois ignora contextos diferenciados como maiores distâncias, precariedade nos transportes, sazonalidade do trabalho agrícola, infraestrutura limitada e fragilidade no acesso a recursos didáticos e tecnológicos.

Assim, discutir educação rural implica reconhecer que ela não pode ser reduzida a uma adaptação da educação urbana, mas deve constituir-se como uma proposta pedagógica fundamentada na identidade, nos saberes e nas necessidades do campo.

A superação desses desafios demanda políticas públicas consistentes e integradas. É fundamental investir na construção, manutenção e modernização das escolas rurais, garantindo condições adequadas de funcionamento, transporte escolar de qualidade e acesso à tecnologia.

Além disso, a formação inicial e continuada dos professores é um elemento central para assegurar práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de dialogar com a realidade agrícola, cultural e comunitária dessas populações.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC (2007), afirma que:

Os professores da área rural enfrentam as consequências da sobrecarga de trabalho, da alta rotatividade e das dificuldades de acesso e locomoção. Além disso, recebem salários inferiores aos da zona urbana e estão entre os que têm menor nível de escolaridade.

Como defendem Silva e Martins (2024), a escola rural deve ser reconhecida como pilar indispensável para o desenvolvimento intelectual, social e econômico das comunidades do campo, contribuindo também para a valorização da agricultura familiar e para a preservação ambiental.

Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como um direito fundamental, assegurando, no Art. 205, que cabe ao Estado, à família e à sociedade garantir condições plenas para o desenvolvimento humano, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

No entanto, entre o amparo legal e a realidade cotidiana das escolas rurais ainda existem lacunas expressivas, reforçadas por desigualdades socioeconômicas históricas. A

vulnerabilidade das famílias rurais caracterizada por renda limitada, dificuldades de mobilidade, trabalho precoce e instabilidade produtiva contribui para o aumento das taxas de evasão e para a diminuição dos índices de conclusão escolar, evidenciando a necessidade de políticas intersetoriais de permanência.

Torna-se essencial fomentar processos formativos que fortaleçam a valorização da educação no campo e incentivem a permanência dos estudantes. Programas de apoio, campanhas educativas e ações de engajamento comunitário são instrumentos importantes para consolidar uma cultura escolar que compreenda a educação como caminho estratégico para o desenvolvimento pessoal e territorial. Dessa forma, ultrapassa-se a perspectiva assistencialista, construindo-se uma educação rural crítica, emancipatória e alinhada aos princípios de equidade, inclusão social e justiça territorial.

Essa abordagem à educação rural busca não apenas combater as desigualdades socioeconômicas, enfrentadas pela população rural, mas também promover a sustentabilidade e o desenvolvimento integrado das áreas rurais, contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo da sociedade como um todo. Para enfrentar a esses desafios, é essencial a adoção de políticas públicas que aprimorem a infraestrutura e promovam a formação dos professores. Investir na construção e manutenção de escolas, especialmente em áreas de difícil acesso, é fundamental para garantir que todas as crianças e jovens possam frequentar regularmente a escola.

Além disso, é importante que essas escolas estejam bem equipadas com recursos didáticos adequados e que os professores recebam treinamento contínuo para se adaptarem às necessidades específicas da educação rural.

“É fundamental reconhecer a importância da vida escolar no campo como um pilar para o desenvolvimento intelectual e social dessas comunidades. Em virtude disso, investir na educação não só contribui para o futuro, mas também para o fortalecimento da agricultura familiar da preservação ambiental” (Silva; Martins 2024, p. 42).

Além disso, é importante promover a reflexão sobre a importância da educação nas comunidades rurais, incentivando a valorização do ensino e motivando os jovens a persistirem nos estudos. Como afirma, Kolling *et al*, Caldart (2002), O movimento por uma educação do campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo.

Campanhas educativas e programas de incentivo podem desempenhar um papel

significativo nesse sentido, criando um ambiente onde a educação seja vista como uma prioridade e um caminho viável para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Outro fator importante é o cumprimento das necessidades de fortalecer a gestão educacional do meio rural. A construção de políticas públicas mais abrangentes exige planejamento territorial mais elaborado, análise da realidade local e cooperação ativa das comunidades da zona rural. Conselhos escolares, grupos locais e movimentos sociais tendem a desempenhar papéis estratégicos na elaboração de propostas educacionais mais democráticas, garantindo que as tomadas de decisões não sejam alteradas, mas adaptadas de forma a englobar a participação de todos.

Ademais, a integração entre a educação e políticas públicas é inseparável para manter a permanência dos alunos nas escolas rurais. A conexão com políticas de saúde, assistência social, segurança alimentar e geração de renda ajuda para contribuir a redução de vulnerabilidade impactantes no percurso escolar. Desse modo, atividades inter-regionais podem atuar de forma mais preventiva no combate de fatores como o trabalho infantil e a evasão escolar.

2.2 A Geografia e o Ensino: Desafios e Oportunidades nas Zonas Rurais

Segundo Lacoste (2005, p. 25) no final do século XIX, na França o ensino da geografia foi associado a educação básica como parte de um projeto cidadão, com o objetivo de reforçar a personalidade nacional, ensinando o conhecimento do território e a estimular o senso de identificação. A geografia, junto com a leitura, escrita e matemática, era considerada essencial para formar cidadãos capacitados para a vida no meio social e para estruturar o Estado-Nação. Mapas e globos nas salas representavam esse foco na educação.

Segundo Vesentini, (2008, p. 53-58).

As relações da geografia com o ensino são íntimas e inextricáveis, embora pouco perscrutadas tanto pelo geógrafos como pelos estudiosos da questão escolar. É evidente que estamos nos referindo à chamada geografia moderna (ou científica ou tradicional, denominações para a mesma formação discursiva, que recebe tal ou qual rótulo de acordo com a opção teórico-metodológica de quem fala), estruturada em meados do século XIX, e ao ensino na sociedade caoitalista (e conhecemos alguma outra?), em especial à instituição escola surgida após a revolução industrial, fruto das reformas pedagógicas do século XIX.

A geografia pode ser uma ferramenta poderosa para desafiar esse modelo educacional, que é modelo fragmentado e desarticulado, e que enfrenta vários desafios. Tendo em vista, que o ensino tradicional é muitas vezes incompleto, não abordando todos os aspectos necessários

para uma compreensão mais abrangente da Geografia em si, pois seus conceitos espaciais permitem uma compreensão crítica do mundo, valorizando os lugares e respeitando os conhecimentos do campo.

Dessa forma, Andrade, (2023, p. 22), vai afirmar que o ensino da geografia é essencial para que entendam o espaço vivido:

Assim, o ensino de Geografia é uma área essencial para a concepção dos alunos, ao permitir que eles entendam o espaço em que vivem, suas características, interações e transformações. O professor de Geografia desempenha um papel essencial nesse processo, buscando estimular o interesse e a atenção dos educandos, além de auxiliá-los a compreender a importância da disciplina para o seu cotidiano.

Analisar a Geografia da Educação em áreas rurais é fundamental para compreender e superar as desigualdades, garantindo acesso universal à educação de qualidade. Este campo de estudo oferece *insights* valiosos sobre como melhor alocar recursos e desenvolver políticas que possam efetivamente reduzir as barreiras ao acesso educacional. Com uma abordagem abrangente e inclusiva, é possível criar um sistema educacional mais equitativo e eficiente, que não apenas atenda às necessidades dos alunos rurais, mas também promova seu desenvolvimento integral e contribua para o progresso socioeconômico das comunidades rurais.

De acordo com Alves e Magalhães (2008, p. 84):

A Geografia Crítica desenvolve a base para um ensino que ajuda a elucidar os processos históricos da sociedade, relacionando a dinâmica social no espaço e no tempo, de modo a compreender os diferentes espaços geográficos sem perder a relação das partes com o todo, contribuindo assim para o entendimento dos aspectos em sua totalidade. Essa perspectiva de totalidade é fundamental para a educação, no sentido de compreender a sociedade, com suas contradições e particularidades.

Portanto, a Geografia da Educação não apenas identifica os problemas existentes, mas também oferece caminhos para soluções. Ao considerar as complexidades e as particularidades das áreas rurais, podendo trabalhar para construir assim um futuro onde tenha uma educação mais acessível a todos, independentemente de sua localização geográfica. Este compromisso com a educação equitativa é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável para a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada envolvendo a educação rural.

Além do mais, os alunos da zona rural desempenham um nível de escolaridade mais baixo comparado aos alunos de escolas das zonas urbanas e isso se dá por diversos fatores: como os aspectos sociais, pelo trabalho infantil e a falta de transporte público, pelos aspectos escolares, pelos recursos limitados, e a falta de professores com formação, e pelo ambiente de estudo que

influência bastante no ensino-aprendizagem. “Além disso, o fechamento constante de escolas em áreas rurais reflete os desafios e transformações enfrentados pelas populações rurais em todo o estado. A escassez de recursos, a precariedade das infraestruturas e a negligência das autoridades [...]” (Santos, 2024, 103).

2.3 O Espaço Escolar no Meio Rural e os Aspectos Geográficos

O espaço escolar no meio rural deve ser compreendido como parte integrante do espaço geográfico, sendo diretamente influenciado pelas formas de organização do território, pela infraestrutura disponível e pelas dinâmicas socioeconômicas que caracterizam o campo. No município de Aldeias Altas, localizado no leste do estado do Maranhão, as características geográficas como a dispersão dos povoados, as longas distâncias entre as residências e as unidades escolares, as condições do relevo e a precariedade da malha viária condicionam significativamente o acesso dos estudantes à educação.

Esses fatores interferem no deslocamento diário dos alunos, na regularidade da frequência escolar e na permanência dos estudantes no ambiente educativo, evidenciando que o direito à educação é mediado pelas condições concretas do território. Nesse sentido, as escolas localizadas no meio rural atuam diretamente na transformação escolar, como também nos aspectos das condições físicas do território (relevo), promovendo também inserção dos alunos no âmbito escolar.

Desa forma, a escola rural não pode ser analisada de forma dissociada das condições físicas e sociais do espaço em que se insere. A organização territorial do meio rural, marcada por baixa densidade populacional e infraestrutura limitada, impõe desafios específicos ao funcionamento das instituições escolares, especialmente no que se refere ao transporte escolar, à oferta de serviços básicos e ao acesso a recursos pedagógicos.

Elesbão (2007, p. 58) enfatiza que “o meio rural no Brasil é valorizado e distinto de uma região para outra, por isso, estudar o meio rural não é algo simples, pois em cada região há modos de produção diferentes”. Desse modo, o meio rural foi e vem sendo palco de diversos mudanças.

De acordo com Damasceno e Beserra (2004, p.78):

O desinteresse pela educação rural e conseqüentemente pela pesquisa nessa área do conhecimento também reflete, obviamente, o limite da pressão dos movimentos sociais rurais sobre o poder público.

Dessa forma, percebemos que o espaço escolar no meio rural, não tem apenas suas carencias estruturais, mas há um processo de transformação na sociedade como um todo, devido

aos seus aspectos de desenvolvimento e das mudanças no espaço geográfico.

Além disso, a histórica marginalização da educação rural nas políticas públicas contribuiu para a reprodução das desigualdades educacionais entre o campo e a cidade. Damasceno e Beserra (2004) apontam que o desinteresse pela educação rural e pela produção de conhecimento científico nessa área reflete a limitada pressão exercida pelos movimentos sociais do campo sobre o poder público, o que resulta em investimentos insuficientes e na precarização das escolas rurais. Tal cenário reforça a compreensão de que as dificuldades enfrentadas pelas instituições escolares do meio rural não se restringem a carências estruturais, mas estão associadas a processos mais amplos de desigualdade socioespacial e de produção desigual do território.

Nesse sentido, as discussões contemporâneas sobre a Educação nas zonas rurais defendem a necessidade de uma proposta educativa que reconheça e valorize as identidades, culturas e modos de vida das populações rurais. Conforme ressalta Meireles (2012), a educação pública no meio rural deve promover uma formação humana integral, articulada ao desenvolvimento local sustentável, considerando as especificidades sociais, culturais e territoriais dos sujeitos do campo.

Tal perspectiva é especialmente relevante em um país como o Brasil, onde grande parte dos municípios apresenta forte vinculação econômica e cultural com o espaço rural, tornando imprescindível problematizar as formas como a escola é produzida e vivenciada nesses territórios.

Nessa mesma direção, Arroyo (2007) ressalta que a valorização dos saberes locais e das experiências cotidianas das populações rurais é fundamental para a construção de projetos educativos e curriculares contextualizados. A articulação entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes à comunidade e contribui para uma aprendizagem mais significativa. Ignorar essas dimensões implica a elaboração de propostas pedagógicas descoladas da realidade do campo, comprometendo a formação dos educandos e o papel social da escola rural.

Por fim, destaca-se que a infraestrutura escolar constitui um dos principais entraves para a garantia de uma educação de qualidade no meio rural. Problemas relacionados ao transporte escolar, à insuficiência de materiais didáticos, à limitação do acesso às tecnologias da informação e à precariedade dos espaços físicos das escolas impactam diretamente o processo educativo. De acordo com Silva (2020), a destinação inadequada ou insuficiente de recursos para a infraestrutura das escolas rurais aprofunda as desigualdades educacionais em relação ao meio urbano, evidenciando a necessidade de políticas públicas que considerem as

especificidades territoriais e assegurem condições equitativas de acesso e permanência escolar.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

A área de estudo analisada corresponde a uma Unidade Escolar situada no povoado Sanharó, zona rural do município de Aldeias Altas – Maranhão, conforme demonstrado na Figura 2. Os dados levantados nesse espaço escolar evidenciam que a instituição, responsável por atender alunos do Ensino Fundamental I e II, está inserida em um contexto marcado por desafios próprios do ambiente rural.

Figura 2 -Registro fotográfico da Undidade Escolar da zona rural



Fonte: Cardoso (2025)

O município de Aldeias Altas, apresenta uma dinâmica demográfica e territorial que caracteriza o contexto socioespacial em que se insere o povoado Sanharó, sede da unidade escolar em análise. Segundo os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, o município possui 23.286 habitantes, distribuídos em uma área territorial de aproximadamente 1.943 km², resultando em baixa densidade demográfica de 11,99 habitantes por km², o que denota a predominância de um padrão de ocupação rural e disperso típico de municípios do interior nordestino brasileiro (IBGE, 2022).

A distribuição da população em zonas urbana e rural conforme os censos anteriores aponta para uma significativa presença de moradores em áreas não urbanizadas, o que

influencia diretamente as condições de acesso a serviços públicos e infraestrutura educacional no meio rural.

No que diz respeito aos indicadores sociais e educacionais, Aldeias Altas apresenta uma taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos de 98,21%, conforme dados do IBGE, indicando elevada matrícula escolar nessa faixa etária (IBGE, 2022). Contudo, tais indicadores devem ser analisados considerando as limitações estruturais do território, como distâncias entre as residências e as unidades escolares, dificuldades de transporte e acesso desigual a recursos pedagógicos.

Ademais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município é de 0,513, valor que o classifica como de baixo desenvolvimento humano, refletindo fragilidades nas dimensões de renda, longevidade e educação (Pnud, 2013). Esses aspectos socioeconômicos e territoriais reforçam a relevância de estudos que analisem a educação em contextos rurais, como o povoado Sanharó, evidenciando a influência do espaço geográfico nas condições de acesso e permanência escolar.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa possui como propósito, analisar as limitações enfrentadas pela instituição considerando aspectos como as condições estruturais e o transporte escolar responsável por conduzir os alunos das diversas comunidades até o espaço educativo. Além disso, compreender de que forma essas condições refletem as desigualdades socioespaciais presentes entre a zona rural e a cidade, interpretando a escola como parte constitutiva do espaço geográfico e do território rural.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter descritivo, uma vez que busca compreender as percepções, experiências e vivências dos sujeitos envolvidos no contexto escolar. Para isso, foram aplicados questionários a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, o instrumento aplicado contemplou seis perguntas, combinando questões abertas e fechadas, com o objetivo de obter informações sobre a estrutura da escola, a percepção da qualidade do ensino e o trajeto percorrido pelos alunos até a unidade escolar, dois alunos de cada série, totalizando oito participantes. Além de aprender as interpretações dos discentes sobre a realidade escolar, o estudo também se propõe a descrever as condições físicas da instituição e as formas de acesso ao ambiente educacional, considerando os aspectos estruturais e territoriais que influenciam o cotidiano da escola.

Também foram entrevistados dois professores representantes e um gestor escolar. Vale ressaltar que o questionário aplicado possui apenas perguntas abertas visando coletar o maior

número de opiniões dos alunos.

Para complementar a análise, foram utilizados também dados quantitativos simples, como número de alunos transportados, distâncias percorridas e tempo de deslocamento, a fim de fortalecer a compreensão espacial do fenômeno estudado. Corroborando com a reflexão de que o espaço escolar é um reflexo das políticas públicas e das dinâmicas sociais que estruturam o território rural. Autores como Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Roseli Caldart e Miguel Arroyo serviram de base nessa pesquisa para discussão sobre território, espaço geográfico e educação na zona rural.

Além disso, vale ressaltar que, a observação de campo foi uma das etapas centrais do trabalho. Dessa forma, foi realizada 01 visita à escola para observar diretamente as condições físicas e estruturais do espaço escolar, incluindo salas de aula, banheiros, mobiliário, iluminação, abastecimento de água, acesso à internet, áreas de convivência e entorno. Também foi observada a localização geográfica da escola, com atenção especial às rotas de transporte escolar, as condições das estradas e tempo de deslocamento dos estudantes. Essas observações foram registradas por meio de anotações em diário de campo e registros fotográficos, possibilitando a construção de uma leitura geográfica do lugar.

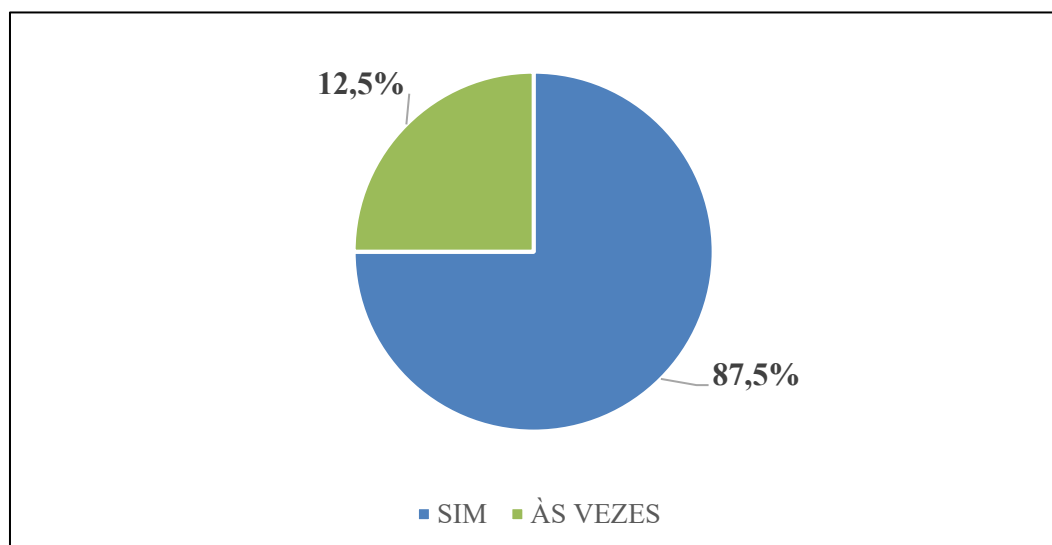
4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Percepção dos alunos entrevistados

O instrumento aplicado contemplou seis perguntas, combinando questões abertas e fechadas, com o objetivo de obter informações sobre a estrutura da escola, a percepção da qualidade do ensino e o trajeto percorrido pelos alunos até a unidade escolar.

Ao realizar o questionário nas turmas do 6º ao 9º do ensino fundamental, inicialmente foi questionado aos alunos se o transporte escolar que eles utilizam todos os dias para ir a escola funciona bem. 87,5% dos entrevistados destacaram que o transporte escolar funciona adequadamente, sanando suas necessidades, já 12,5% afirmaram que ocasionalmente, o transporte oscila em seu funcionamento, destacando que há dias que funciona bem e outros dias em que o mesmo apresenta problemas, deixando-os sem deslocamento até a unidade de ensino, conforme podemos ver no gráfico 3.

Figura 3- Gráfico referente ao resultado sobre os transportes escolares



Fonte: Elaborado pela autora

Esses dados revelam que, embora o transporte escolar esteja presente, sua instabilidade compromete a regularidade da frequência escolar, evidenciando a vulnerabilidade do sistema de mobilidade no contexto rural e reforçando as desigualdades de acesso à educação quando comparadas às condições encontradas nas áreas urbanas. Fato também observado nos estudos de Mendonsa, Nascimento e Silva (2024).

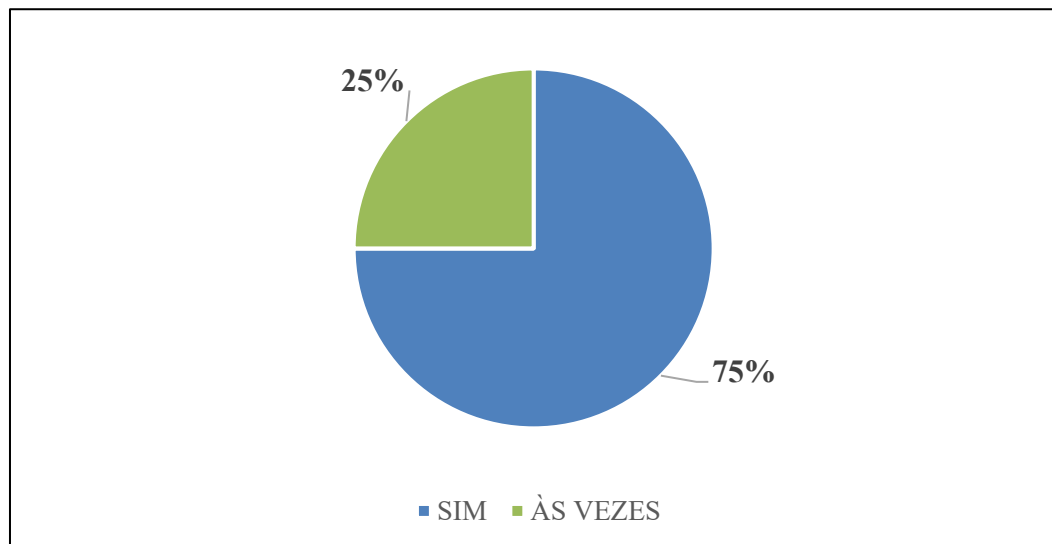
Com relação ao quantitativo de alunos atendidos pelo transporte escolar, constatou-se

que aproximadamente 30 estudantes são transportados diariamente até a unidade de ensino, provenientes de diversos povoados da zona rural. Esses alunos percorrem, em média, cerca de 36 km diários, considerando o trajeto de ida e volta entre suas residências e a escola. Entretanto, há casos em que o deslocamento é ainda maior, com estudantes percorrendo distâncias aproximadas de até 70 km, o que evidencia a extensão territorial envolvida, a dispersão das comunidades rurais e os desafios impostos à mobilidade e à permanência escolar no meio rural.

Esses levantamentos indicam a importância do transporte escolar como um fator essencial, para assegurar a permanência dos alunos na escola, principalmente no cenário do meio rural, em que o percurso entre as residências e a escola são significativas e as situações dos trajetos nem sempre são propícios.

Seguindo nos questionamentos aos alunos, foi perguntado se a escola oferece materiais suficientes para o desenvolvimento de suas atividades como o uso de livros, mapas, internet, dentre outros recursos. 75% dos alunos enfatizaram que a escola disponibiliza somente os livros didáticos e 25% afirmam que a escola não fornece os materiais necessários, de forma a dinamizar as aulas com a inserção de outros materiais e/ou recursos. (Conforme se observa no gráfico 4)

Figura 4 – Gráfico referente ao resultado sobre os Materiais escolares



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora

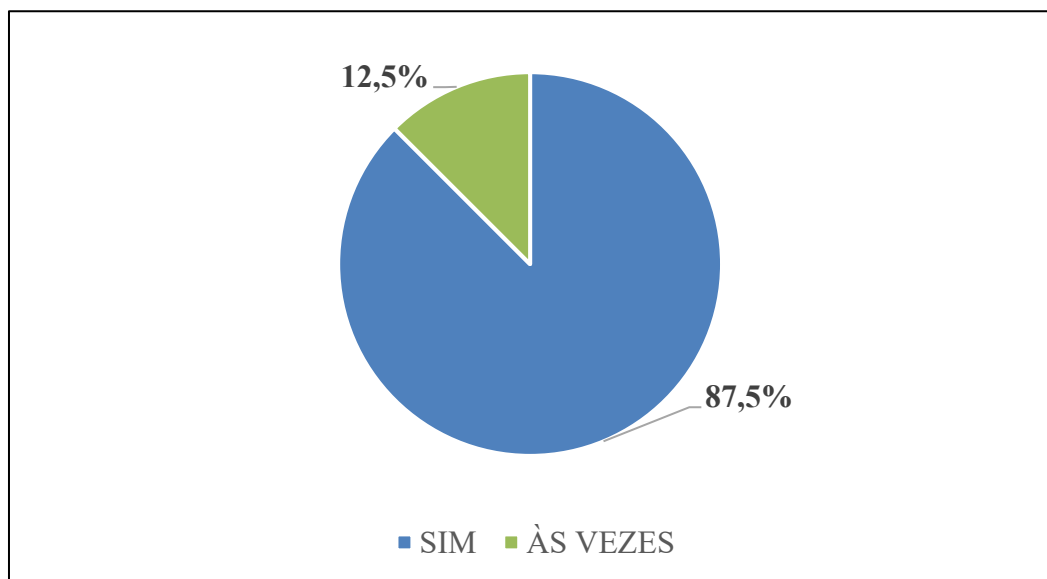
As escolas rurais podem enfrentar uma falta de recursos educacionais adequados, incluindo livros didáticos, material escolar e instalações precárias. Isso pode prejudicar a qualidade da educação e desmotivar os alunos (Silva e Santos, 2023). Essa limitação de materiais impacta de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que

restringe as possibilidades metodológicas dos professores e dificulta a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, interativas e significativas.

A ausência de recursos como mapas, tecnologias digitais e materiais didáticos diversificados compromete a mediação do conhecimento, sobretudo em disciplinas que demandam a articulação entre teoria e realidade espacial, como a Geografia. Além disso, essa carência tende a aprofundar as desigualdades educacionais entre os estudantes do meio rural e aqueles atendidos por escolas urbanas, que geralmente dispõem de maior infraestrutura e acesso a tecnologias educacionais, limitando o desenvolvimento crítico, a autonomia intelectual e o engajamento dos alunos no processo educativo.

Ao serem questionados sobre a eficácia da chegada do transporte escolar, 87,5% dos conforme podemos ver no gráfico 5, alunos ressaltaram que o transporte possui uma grande relevância e na maior parte dos casos sempre chega no horário, Somente 12,5% pontuaram que eventualmente, o transporte apresenta variações, atrasando.

Figura 5– Gráfico referente ao resultado sobre os Horários do transporte



Fonte: Elaborado pela autora

A discussão dos dados evidencia que o transporte escolar exerce papel central na garantia do acesso à escola, especialmente no contexto rural, onde as distâncias e a dispersão territorial tornam a mobilidade um fator determinante para a permanência dos estudantes. O fato de 87,5% dos alunos reconhecerem a relevância do transporte e afirmarem que, na maioria das vezes, ele chega no horário indica que esse serviço representa um elemento estruturante da rotina escolar, possibilitando a frequência regular às aulas e reduzindo, em parte, os impactos das longas distâncias entre residência e escola.

Entretanto, a percepção de 12,5% dos estudantes, que relataram atrasos e variações no funcionamento do transporte, revela uma fragilidade latente do sistema, típica das áreas rurais. Mesmo ocorrendo de forma pontual, esses atrasos comprometem o início das atividades escolares, afetam a assiduidade e podem gerar desmotivação entre os alunos. Isso demonstra que, embora o transporte escolar seja reconhecido como essencial e relativamente eficiente, sua instabilidade evidencia desigualdades socioespaciais no acesso à educação, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em planejamento, manutenção e regularidade do serviço para garantir condições equitativas de ensino entre a zona rural e a urbana.

Isso vai de encontro com o que é discutido na literatura de Carvalho, Leite, Nascimento, (p. 119, 2017):

Os estudantes brasileiros, em especial os que residem em zonas rurais, enfrentam uma série de dificuldades para terem acesso à educação e se manterem nas escolas. As longas distâncias de caminhada, ou os longos trajetos dentro do serviço de transporte coletivo, trazem para as crianças desafios diários que por vezes as impedem de dar continuidade ao seu processo de aprendizagem. Por essas razões, o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso ou até mesmo para assegurar a permanência desse aluno na escola.

Ao serem questionados sobre o trajeto até a escola, os relatos dos alunos evidenciam que as condições de acesso são heterogêneas ao longo do percurso, alternando trechos considerados satisfatórios com segmentos de difícil trafegabilidade, especialmente em áreas com infraestrutura viária precária. Essas limitações interferem diretamente na regularidade do deslocamento, ocasionando atrasos recorrentes e, em alguns casos, a ausência dos estudantes em dias letivos, o que compromete a continuidade do processo educativo e a assiduidade escolar.

Os depoimentos também indicam que, embora as estradas apresentem condições razoáveis durante o período seco, na época chuvosa o transporte escolar deixa de circular em determinados trechos, em função de alagamentos e da formação de áreas profundas e intransitáveis como podemos ver na figura 6. Nessas circunstâncias, os alunos são obrigados a deslocar-se a pé até pontos onde o ônibus consegue acessar, percorrendo trajetos de aproximadamente 10 minutos ou mais, o que amplia o desgaste físico, aumenta o tempo de deslocamento e, não raramente, inviabiliza a chegada à escola.

Figura 6- Registro Fotográfico da estrada alagada



Fonte: Cardoso (2025)

Tais situações evidenciam que a precariedade da infraestrutura viária rural, aliada à sazonalidade climática, constitui um fator estruturante das desigualdades socioespaciais no acesso à educação, demonstrando que o direito à escolarização, no meio rural, permanece condicionado às limitações impostas pelo território e pela organização do espaço geográfico.

Um aluno destacou de forma mais clara as dificuldades encontradas no seu trajeto até a escola enfatizando que existem trechos com condições precárias e a distância percorrida é significativa. Conforme sua fala: “*Muito longe, com lugares péssimos, saindo de casa 11h e chegando na escola 12h50*”. Esse relato destaca os desafios que são vivenciados pelos estudantes diariamente, são esses os fatores que podem impactar constantemente a frequência escolar.

Quando indagados acerca da estrutura escolar, se realmente atende as necessidades educacionais, a maioria dos alunos destacaram que a estrutura da escola atende sim, no que se refere ao processo de aprendizagem, enfatizaram também que muitas coisas que ele não sabiam,

vieram aprender na escola. Em contrapartida, uma parcela dos alunos, mencionaram que a escola não atende as suas necessidades por falta de uma estrutura mais adequada.

A partir dos questionamentos acerca de possíveis melhorias no ensino ofertado pela instituição, as respostas dos educandos revelam que as condições físicas do ambiente escolar exercem influência direta sobre o processo de ensino e aprendizagem. As sugestões apresentadas, como a instalação de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado, a melhoria da infraestrutura das salas de aula e a implantação de bebedouros com oferta de água gelada evidenciam que a inadequação do conforto térmico e da infraestrutura básica compromete a concentração, o bem estar e o rendimento dos estudantes.

Em um contexto marcado por elevadas temperaturas, como o do interior maranhense, a ausência de ventilação adequada torna o ambiente escolar pouco favorável à aprendizagem, afetando tanto alunos quanto professores. Dessa forma, os relatos indicam que as fragilidades estruturais da escola não se limitam a aspectos materiais, mas refletem diretamente na qualidade do ensino ofertado, reforçando a necessidade de investimentos em infraestrutura escolar como condição fundamental para a efetivação do direito à educação e para a redução das desigualdades entre as escolas da zona rural e urbana.

4.2 Percepção dos Professores e Do Gestor e Observação direta

A análise das entrevistas realizadas com dois professores e um gestor escolar possibilitou compreender, a partir de diferentes olhares institucionais, os principais desafios enfrentados pela escola localizada na zona rural, bem como as implicações das condições territoriais, estruturais e pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem. As respostas foram organizadas conforme a sequência dos questionários aplicados, permitindo uma leitura sistemática e comparativa dos dados.

Assim, ao serem questionados sobre os desafios enfrentados no ensino na zona rural, ambos os professores destacaram o deslocamento como um dos principais entraves. O Professor 1 ressaltou que o longo percurso diário até a escola, considerando que reside no município de Caxias–Maranhão, compromete a rotina profissional e o cumprimento das atividades pedagógicas.

Além disso, apontou a infraestrutura precária da escola como fator limitante ao desenvolvimento das aulas. Esses aspectos corroboram a literatura que aponta a mobilidade e a organização territorial como condicionantes do trabalho docente no campo, uma vez que o

acesso ao espaço escolar está diretamente relacionado às condições físicas do território e da rede de transportes (Pereira; Castro, 2021).

No que se refere à estrutura da escola e sua adequação às necessidades pedagógicas, ambos os professores foram enfáticos ao afirmar que a infraestrutura não atende de forma satisfatória às demandas do processo de ensino-aprendizagem. O Professor 2 destacou que, além das limitações estruturais observadas, os estudantes apresentam defasagens no nível de aprendizagem em relação à série cursada, o que agrava os desafios pedagógicos enfrentados em sala de aula. Tal realidade reforça a compreensão de que a precariedade do espaço escolar rural ultrapassa o aspecto físico, impactando diretamente o rendimento escolar e a qualidade do ensino ofertado.

Quando questionados sobre a disponibilidade de materiais pedagógicos e acesso à internet, os professores relataram que há escassez de recursos, destacando que nem todos os alunos recebem livros didáticos e que o acesso à internet é instável e, por vezes, inexistente. Essa limitação compromete a diversificação das metodologias de ensino e restringe o uso de recursos didáticos contemporâneos, dificultando a contextualização dos conteúdos.

Além disso, ambos afirmaram que não há oferta regular de capacitação docente, o que limita a atualização pedagógica e o enfrentamento das especificidades do ensino no meio rural. Esse cenário dialoga com Oliveira (2022) ao afirmar que as escolas da zona rural enfrentam desafios estruturais profundos, que vão desde a ausência de infraestrutura adequada até a carência de políticas de formação continuada para professores, refletindo em elevados índices de evasão e dificuldades de aprendizagem.

Sobre o interesse e a participação dos alunos, os professores indicaram que, apesar das limitações estruturais e pedagógicas, os estudantes demonstram envolvimento nas atividades propostas. No entanto, ressaltaram que esse interesse poderia ser potencializado caso houvesse melhores condições físicas, maior oferta de materiais didáticos e uso de recursos tecnológicos, o que evidencia a relação direta entre infraestrutura escolar e engajamento discente.

Em relação ao transporte escolar, ambos os docentes destacaram que, embora seja essencial para garantir o acesso dos alunos à escola, o serviço apresenta fragilidades, especialmente em períodos chuvosos, interferindo na pontualidade e frequência dos estudantes. Essa percepção reforça os dados obtidos junto aos alunos e evidencia que o transporte escolar constitui um elemento central na dinâmica educacional rural, funcionando, muitas vezes, como fator de exclusão quando não ocorre de forma regular e adequada.

Quando questionados sobre suas principais necessidades enquanto professores para melhorar o ensino, os entrevistados apontaram a necessidade de melhorias na infraestrutura

física, maior oferta de materiais pedagógicos, acesso à internet de qualidade e formação continuada, especialmente voltada às especificidades do ensino no campo.

Essas demandas evidenciam que o fortalecimento da educação rural exige políticas públicas integradas que considerem simultaneamente o território, o trabalho docente e as condições de aprendizagem.

No que diz respeito à percepção do gestor escolar, este destacou que as principais dificuldades da escola estão relacionadas às longas distâncias percorridas por professores e alunos, bem como às limitações do transporte escolar, que nem sempre opera em condições adequadas.

Ao ser indagado sobre a existência de projetos para melhoria das condições da escola, o gestor afirmou que há iniciativas em andamento, especialmente no que se refere às reformas estruturais, conforme registrado na Figura 6, além de ações voltadas ao âmbito pedagógico.

Figura 7 - Registro Fotográfico da realização da reforma na escola



Fonte: Cardoso (2025)

Esses resultados reforçam a compreensão de que o acesso à educação e a qualidade do ensino não se distribuem de forma homogênea no território brasileiro. Conforme afirmam Pereira e Castro (2021), as desigualdades educacionais entre o meio rural e urbano permanecem marcantes, refletindo diferenças históricas de investimento, infraestrutura e organização territorial. Dessa forma, a realidade da escola analisada evidencia que o espaço geográfico atua

como elemento condicionante do processo educativo, reafirmando a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades do território rural para a efetivação do direito à educação.

4.3 Organização Estrutural Da Escola com Base na Visualização Direta

As observações de campo evidenciam que a escola analisada apresenta significativas carências estruturais, as quais foram constatadas tanto por meio da observação direta quanto pelos relatos dos sujeitos entrevistados. Embora a instituição esteja passando por um processo de reforma com a construção de um refeitório e novos banheiros, conforme registrado na figura 7, persistem limitações que comprometem o funcionamento adequado do espaço escolar.

Figura 8- Registro Fotográfico do refeitório



Fonte: Cardoso (2025)

Destaca-se, nesse sentido, a necessidade de instalação de aparelhos de climatização, como ventiladores e ar-condicionado, fundamentais para garantir condições mínimas de conforto térmico e favorecer o processo de ensino e aprendizagem, especialmente em regiões de clima quente, como o interior maranhense.

As salas de aula apresentam ventilação insuficiente, com casos em que há apenas um ventilador para aproximadamente 30 alunos e o professor (Ver Figura 8). Soma-se a isso a iluminação deficiente e mal distribuída, aspecto que gera desconforto visual e insatisfação entre os estudantes, interferindo negativamente na concentração e no rendimento escolar.

Figura 9 - Registro Fotográfico da sala de aula



Fonte: Cardoso (2025)

Outro fator observado refere-se à insuficiência de água gelada nos bebedouros, além de relatos de funcionários sobre a falta recorrente de água na caixa d'água da escola, o que evidencia fragilidades na infraestrutura básica e compromete o bem-estar da comunidade escolar. Segundo Silva e Oliveira (2022), a precariedade das condições físicas das escolas do campo constitui um dos principais entraves à efetivação do direito à educação de qualidade, reforçando desigualdades históricas entre os espaços rural e urbano.

A ausência de uma internet de qualidade também se mostrou um elemento limitante no contexto escolar analisado. Embora exista acesso à rede, sua lentidão e instabilidade tornam o uso praticamente inviável para fins pedagógicos e administrativos. Tal situação restringe a adoção de metodologias inovadoras, o acesso a plataformas educacionais e a ampliação das possibilidades didáticas, aprofundando a exclusão digital dos estudantes do meio rural. Conforme apontam Pereira e Castro (2021), o acesso desigual às tecnologias educacionais

reflete a distribuição assimétrica dos investimentos públicos no território brasileiro, penalizando especialmente as escolas rurais.

Apesar da implementação de políticas públicas educacionais nas últimas décadas como programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar, a realidade observada confirma que as escolas da zona rural permanecem em condições inferiores às urbanas, sobretudo no que se refere à infraestrutura, aos recursos pedagógicos e à mobilidade escolar. Essa constatação converge com a análise de Pereira e Castro (2021), que destacam a persistência de desigualdades educacionais estruturais entre o meio rural e urbano, mesmo diante de avanços normativos e institucionais.

Ao comparar o espaço escolar rural com o urbano, observa-se que as escolas do campo enfrentam desafios adicionais, como dificuldades de acesso, precariedade do transporte escolar, limitação de recursos didáticos e infraestrutura insuficiente. Em contrapartida, o meio urbano tende a apresentar maior proximidade entre moradia e escola, melhor infraestrutura e maior concentração de serviços públicos, favorecendo condições mais equitativas de acesso à educação.

A expansão desigual das instituições de educação nos diversos níveis de ensino, tanto em quantidade como em qualidade, se relaciona à dialética entre território e educação. Municípios, estados e regiões possuem particularidades econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, que são características relevantes para o entendimento das desigualdades geográficas do fenômeno educacional. (Santos; Silveira, 2000)

Arroyo (2007) chama atenção para o fato de que as políticas educacionais brasileiras historicamente se baseiam em uma idealização da cidade, concebida como espaço de progresso, enquanto a zona rural é frequentemente associado ao atraso e ao tradicionalismo, percepção que influencia negativamente as ações voltadas à educação rural.

Nesse sentido, Arroyo (2007) e Melo e Ferrante (2018) argumentam que a organização educacional brasileira foi estruturada a partir de paradigmas urbanos, desconsiderando as especificidades territoriais, culturais e sociais do campo. Essa lógica resulta em propostas pedagógicas e modelos de escola pouco adequados à realidade rural, reforçando desigualdades e dificultando a construção de uma educação contextualizada e socialmente referenciada.

Os elementos do contexto geográfico exercem, portanto, papel central no condicionamento do acesso e da permanência dos educandos da zona rural no sistema educacional. As longas distâncias entre as residências e as unidades escolares configuram um dos principais obstáculos, uma vez que implicam deslocamentos extensos e desgastantes. Esses trajetos prolongados contribuem para o cansaço físico dos alunos e, em situações mais críticas,

podem favorecer a evasão escolar, especialmente quando associados à precariedade do transporte e das estradas (Souza; Almeida, 2020).

A infraestrutura viária rural caracteriza-se, em muitos casos, pela ausência de pavimentação e pela irregularidade dos trajetos, situação que se agrava durante o período chuvoso, quando as estradas se tornam intransitáveis. Nessas circunstâncias, a frequência escolar é diretamente comprometida, evidenciando que o acesso à educação no meio rural permanece condicionado às limitações impostas pelo território. Além disso, a dispersão das moradias e a insuficiência de serviços públicos dificultam a implantação de equipamentos educacionais próximos às comunidades, ampliando as distâncias e reforçando as desigualdades em relação ao meio urbano.

Dessa forma, compreende-se que o espaço geográfico não atua apenas como pano de fundo, mas como um componente ativo na produção das desigualdades educacionais, influenciando o acesso, a permanência e o desempenho escolar dos alunos da zona rural. A superação desses entraves demanda a formulação de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais, que priorizem investimentos em infraestrutura escolar, transporte adequado e planejamento espacial, com vistas à promoção de maior equidade no acesso à educação e à valorização do espaço rural como território de direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou resultados significativos e conclusivos, evidenciando que existe muitas carências referente ao âmbito escolar daquela região. Os dados mostram a necessidade e urgências de mudanças consideráveis, tanto estrutural, quanto em recursos pedagógicos.

Considerando-se que a escola vem passando por uma reforma, com avanços importantes, como a construção de novos espaços e a aquisição de equipamentos, a exemplo de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado, que aguardam a finalização das obras para serem instalados. Tais iniciativas sinalizam esforços para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. No entanto, os resultados demonstram que, mesmo diante dessas ações, ainda permanecem fragilidades significativas, sobretudo relacionadas à mobilidade e ao acesso dos estudantes à unidade escolar.

Nesse sentido, destaca-se que o transporte escolar, embora existente e reconhecido como fundamental para o funcionamento da escola rural, apresenta limitações, especialmente durante o período chuvoso, quando os trajetos se tornam intransitáveis. Essa condição compromete a frequência e a pontualidade dos alunos, afetando o rendimento escolar e ampliando as desigualdades educacionais em relação ao meio urbano. As dificuldades de acesso, associadas às condições precárias das estradas rurais, reforçam o entendimento de que o espaço geográfico atua como elemento condicionante do processo educativo.

A pesquisa de campo mostrou que tanto os alunos, quanto os demais funcionários, percebem os desafios que são encontrados no contexto escolar e não escolar, como trajetos ruins e muitas vezes impenetráveis efetivando a defasagem escolar durante o período letivo. Tornando assim, muito comum crianças e jovens evadindo do ambiente escolar por falta de suporte de autoridades e uma boa educação escolar.

Apesar dos desafios identificados, os resultados também indicam avanços quando comparados a períodos anteriores, nos quais inexistiam políticas como o transporte escolar e investimentos mínimos em infraestrutura educacional no campo. A implementação de políticas públicas voltadas à educação rural representa um passo importante na busca por maior equidade, ainda que insuficiente para superar integralmente as desigualdades históricas entre o meio rural e urbano.

Diante disso, espera-se que este estudo contribua como subsídio para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas educacionais, sensíveis às especificidades territoriais do meio rural, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, mobilidade, recursos pedagógicos e valorização da escola do campo. Além disso, os resultados apresentados

podem orientar futuras pesquisas acadêmicas, apoiar a tomada de decisões por gestores públicos e fortalecer o compromisso social com a garantia do direito à educação de qualidade, visando não apenas a melhoria do ensino, mas também a promoção da cidadania e da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Wellington Galvão; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. O ensino de Geografia nas escolas do campo: Reflexões e propostas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 10, n. 1, 2008.
- ANDRADE, Carlos Henrique de. **O ensino de Geografia em uma escola do campo multisseriada: relatos, vivências e desafios**. 2023. 49f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso Interdisciplinar de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, – Sumé - Paraíba – Brasil, 2023.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- BOF, Alvana Maria (org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007.
- CARVALHO, W. L.; LEITE, P. De S.; NASCIMENTO, H. P. O processo evolutivo do transporte escolar rural brasileiro no modo rodoviário. **Revista eletrônica de Engenharia Civil**, Vol. 13, Nº 1, 118-127, 2017.
- DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.
- ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação**, Finisterra, XLII, 84, 2007, pp. 47-65
- GROMELICKI, Amanda Matias; GONÇALVES, Késia Soares; DIAS, Scheila Andressa Gomes; STUTZ, Thais Campista, **educação rural, realidade brasileira pedagogia da alternância, projetos na educação rural, políticas públicas**. p.5 Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/o-contexto-da-educacao-rural-na-realidade-brasileira.pdf>.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.
- LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Selma Brito de. **As escolas na zona rural, as dificuldades e o fechamento: educação no campo.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano.** Brasília. DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues dos. A efetiva perda do direito à educação no campo em roraima: uma geografia de conflitos e disputas territoriais. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 25, n. 1, p. 102-138, 2024.

SILVA, Maria da Guia Torres Bispo da; SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. O abandono escolar na zona rural. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i11.12181.

SILVA, Juliana Andrade da; SERAFIM, Ana Regina Marinho D.B. da Rocha. Desafios para o ensino de geografia nas escolas rurais e urbanas. **Revista Rural & Urbano.** Recife. v. 07, n. 01, p. 85-105, 2022. ISSN: 2525-6092

SILVA, Ana Catarina Pereira da. **O ensino de geografia na perspectiva da educação do campo: avanços e retrocessos.** 2023. 58f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2023.

SILVA, A. B. Educação no campo: desafios e perspectivas. **Revista Educação em Debate**, 42(82), 9-24, 2020.

SILVA, Vinícius Feitosa da; MARTINS, Raíssa Pereira. Educação no campo: dificuldades curriculares e relações com a geografia. **Revista Ensino de Geografia (Recife)** V. 7, N. 1, 2024.

SILVA, Maria da Guia Torres Bispo da; SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. O abandono escolar na zona rural. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 4242–4256, nov. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i11.12181.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia e planejamento: uma estratégia espaço-tempo. **Sociedade e Território**, Natal, v. 33, n. 1, p. 7–30, jan./abr. 2021.

SOUZA, Tatiane Rodrigues de; Clemente, Evandro César. O ensino de geografia no contexto da educação no/do campo. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia, CAMPINAS**, V. 13, N. 23, P. 05-27, JAN./DEZ., 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino de; PINHO, Ana Sueli Teixeira de; MEIRELES, Mariana Martins de. Tensões entre o local e o global: ruralidades contemporâneas e docência em escolas rurais **Revista Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 351–364, maio/ago. 2012.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ALUNOS

1. O transporte escolar funciona bem para você?
2. A escola oferece materiais suficientes (livros, mapas, internet)?
3. Como é o trajeto até a escola?
4. Você acha a escola bem estruturada para aprender? Por quê?
5. O transporte chega no horário?
6. Se você pudesse sugerir algo para melhorar o ensino, o que seria?

PROFESSORES

1. Quais desafios enfrentam no ensino na zona rural?
2. A estrutura atende as necessidades pedagógicas?
3. Falta material e internet para auxiliar na realização das aulas?
4. A escola oferece capacitação aos professores ?
5. Os alunos demonstram interesse e participação nas atividades propostas?
6. O transporte escolar é adequado e influencia na presença e pontualidade dos alunos?
7. Quais são suas maiores necessidades enquanto professor para melhorar o ensino?

GESTOR

1. Quais são as principais dificuldades da escola?
2. Como a escola lida com transporte e infraestrutura?
3. Existem projetos para melhorar as condições?